

O gargalo

Fernando Pedreira

(...) **A**gora, tudo isso está mudando. Eis por que o sr. Gorbachov parece tão interessante e sua emergência tão importante. Por trás de todas as questões práticas que o preocupam — reforma econômica, produtividade, sobriedade, “democracia”, tal como ele a define — está a questão fundamental da relação entre o indivíduo e o Estado.

Tudo afinal se resume nisto, porque o Estado soviético monopoliza a autoridade, e essa autoridade repousa sobre uma mentira; uma mentira que todas as pessoas sérias, na própria União Soviética, sabem que é mentira: a de que o partido é o agente da vontade popular, a “vanguarda” do povo — quando, na verdade, o partido é uma oligarquia política com poder total sobre o povo...

Em público, todos devem aderir à tese de que o povo governa. Em particular, sabem todos que quem governa não é o povo, mas uma elite fechada, que se perpetua a si mesma. As pessoas são levadas a racionalizar ou interiorizar de diferentes maneiras essa contradição, mas, todas as vezes que se reduz a pressão que as força a mentir, a verdade começa a brotar. (William Pfaff, *Herald Tribune*).

Eis aí, talvez, o principal motivo pelo qual os brasileiros, neste início do ano IV da Nova República, mostram-se mais infelizes, descontentes e desencorajados do que mesmo em muitos momentos do falecido regime militar. A pressão para mentir — mentir em público e, acima de tudo, mentir a si mesmos — reduziu-se, e a verdade, uma verdade difusa, esbranquiçada e pegajosa como maresia, começou a brotar.

O Estado brasileiro (populista, corrupto, demagógico) e suas elites políticas governantes, civis e militares, repousam não sobre uma mentira, mas sobre muitas. O que fazem a democracia e a liberdade (ainda que precárias) é, antes de mais nada, levar um número crescente de pessoas a tomar conhecimento dessas mentiras, a admiti-las como tais, e a conviver mais ou menos promiscuamente com elas. A partir daí, não há senão dois caminhos: ou as mentiras são varridas, e a seriedade e a decência gradualmente instauradas, ou o país inteiro (elites e povão incluídos) desmoraliza-se.

Aí está uma taxa que o IBGE e o Ibope não calculam, mas que pode ser facilmente inferida dos diversos indicadores econômico-sociais disponíveis: a taxa de desmoralização nacional. Não é preciso ser nenhum Edmar Bacha

para perceber que essa taxa não tem feito senão crescer desde os dois últimos meses de 1982, e que as ilusões frustradas (furadas) da campanha das diretas, em 1984, do advento da Nova República, em 1985, e do Plano Cruzado, em 1986, só fizeram acelerar ainda mais a corrida ladeira abaixo.

Uma nação pode certamente fundar-se sobre uma mentira e até prosperar com ela, ao menos até que a realidade dos fatos a atrepele. Mas é preciso que a maioria ou, quando menos, uma parcela decisiva da comunidade nacional acredite na mentira e se disponha a lutar por ela. Foi o que aconteceu em diversos episódios históricos que marcaram (tristemente) o nosso século. Mas não há exemplo de nação nenhuma que tenha podido crescer, ou sequer sobreviver por muito tempo, assentada em patranhas nas quais ela mesma não acredita, e governada por demagogos que já não enganam ninguém.

É esse o caso do Brasil de José Sarney e Ulysses Guimarães. Ninguém duvida que, por baixo da apodrecida crosta política que enche as páginas dos jornais, o país real continua potencialmente dinâmico e vigoroso, capaz de produzir enormes safras agrícolas e fantásticos superávits comerciais. Ninguém duvida que, nas duas ou três últimas décadas, o Brasil tenha dado um grande salto para a frente, ao menos em termos materiais e técnicos.

O que está torto, e vai rapidamente envenenando todo o resto, é o lado moral — é a aguda crise moral que, nos últimos seis anos, elevou brutalmente a taxa de desmoralização entre os brasileiros: o cinismo político, o descrédito dos homens públicos, a corrupção deslavada e generalizada, a crescente economia paralela, o governo de vastas parcelas das populações urbanas pelo crime e pela contravenção organizados.

Para um observador situado em Genebra (ou no planeta Marte) é fácil ver a floresta e não ver o cupim que vai comendo por dentro as árvores, mesmo as que parecem mais viçosas. Em termos de desenvolvimento econômico, o Brasil está a duzentos metros da praia, mas esses duzentos metros são decisivos e podem ser os mais difíceis. Outros países, antes de nós, como a Argentina, chegaram ainda mais perto, mas não conseguiram passar a arrebentação e afundaram-se outra vez, lentamente, no mar do subdesenvolvimento.

Não é preciso ser nenhum ufanista enragé, à maneira do conde Afonso Celso, para admitir que o Brasil tem um peso e um empuxe maiores, talvez, do que os de qualquer outro país em

desenvolvimento. Tudo o que ele necessita, agora, é encontrar meios de vencer essa espécie de gargalo moral que o está sufocando, que está afundando os brasileiros no desencorajamento e na descrença — e não há outro meio de fazer isso senão trocando as desmoralizadas mentiras que hoje nos governam por verdades (ainda que relativas) nas quais as pessoas sérias possam crer.

Chega de patranhas. Ainda esta semana, o governo (e a imprensa) acusam o déficit público de ser a causa da inflação, e os salários do funcionalismo, por sua vez, de serem a causa do déficit público. Mentira. Sabemos todos que a causa principal do déficit público é a roubalheira, isto é: a corrupção, o empreguismo, o patrimonialismo entranhado das nossas elites governantes.

Sabemos todos que é prática corrente, entre os responsáveis por repartições e empresas públicas, cobrar dos fornecedores comissões, acrescidas aos preços, da ordem de vinte a vinte e cinco por cento. Sabemos que, nas grandes concorrências públicas (habitualmente arregladas entre um cartel de empreiteiras, como no caso da Norte-Sul), os preços são algumas vezes majorados até em cem e duzentos por cento.

Por que o IBGE e o SNI (ou, na falta deles, a própria imprensa) não tratam de calcular qual é a parcela desses preços inflados pela corrupção no total do déficit público? Vinte por cento, talvez? Pois o fato é que o hábito da comissão (do “por fora”), representa, além do mais, um enorme estímulo à ganância, uma fonte de pressões crescentes, vindas dos próprios funcionários graduados, para comprar e contratar cada vez mais, sempre com o dinheiro da Viúva, isto é, o nosso.

Na verdade, a atual inflação brasileira é apenas a manifestação fiduciária, material, orçamentária da crise moral que assola o país e que está corroendo ainda mais depressa as suas instituições e valores do que a sua economia. Cortar salários dos funcionários para quê? Para forçá-los a cobrar mais gorjetas do público e mais comissões dos fornecedores? Ou para “reforçar” as grandes empreitadas, os “trens da alegria” das câmaras legislativas e os escândalos nos porões do Palácio?

“Ou haja moralidade, ou comamos todos”, dizia o Stanislaw Ponte Preta. No Brasil de hoje, há cada vez menos moralidade mas, por mais que funcione a guitarra do Banco Central, a goela dos comilões é sempre maior.

Assim não dá.